

A NOVA ECONOMIA MUNDIAL

JEFFREY D. SACHS

Professor de Economia reconhecido mundialmente, autor de “best-sellers”, inovador educador e líder global em desenvolvimento sustentável.



A política dos EUA e a cimeira de Paris

A primeira-ministra de Barbadados, Mia Mottley, e o presidente francês, Emmanuel Macron, convidaram os líderes mundiais a reunirem-se em Paris, nos dias 22 e 23 de junho, para delinearem um novo “pacto financeiro global” de combate à pobreza e às alterações climáticas induzidas pelo Homem. Em cima da mesa estiveram muitos louros para esta ambição – mas poucos dólares. O contínuo fracasso global no financiamento desta luta contra a pobreza e contra as alterações climáticas reflete, em grande medida, as deficiências da política norte-americana, atendendo a que os EUA, pelo menos de momento, continuam a estar no centro do sistema financeiro mundial.

Para compreendermos a política norte-americana, há que começar pela história do império britânico. À medida que o Reino Unido se foi convertendo numa potência imperial, tornando-se depois a maior potência mundial do século XIX, a filosofia britânica também foi mudando – para justificar o império que estava a formar-se. Os filósofos britânicos defenderam um Estado poderoso (“Leviathan”, de Thomas Hobbes), a proteção da riqueza privada em detrimento da redistribuição (o direito natural à “vida, liberdade e propriedade” defendido por John Locke), o funcionamento dos mercados sem ingerência do Governo (“A mão invisível”, de Adam Smith [o mercado livre autorregula-se sem necessidade de intervenção do Estado]) e a futilidade de ajudar os pobres (teoria populacional Malthusiana).

Quando surgiram crises humanitárias no império britânico, como a Grande Fome na Irlanda na década de 1840 e as fomes na Índia britânica em finais desse século, o Reino Unido recusou-se a providenciar alimentos e deixou milhões dos seus súbditos a morrer à fome, apesar de dispor de fornecimento de comida para os salvar. Esta inação esteve em linha com a filosofia “laissez-faire”, que via a pobreza

como inevitável e que encarava a ajuda aos pobres como moralmente desnecessária – e inútil, em termos práticos.

Simplificando, as elites britânicas não tinham qualquer interesse em ajudar os súbditos pobres do seu império (ou mesmo os pobres que viviam no Reino Unido). Elas queriam impostos baixos e uma marinha poderosa para defender os seus investimentos e lucros ultramarinos.

Os Estados Unidos aprenderam o estadismo com o Reino Unido, a pátria das colónias americanas. Os fundadores da América moldaram as novas instituições políticas do país e as suas políticas externas com base nos princípios britânicos, se bem que criando o papel de presidente em vez de um monarca. Os EUA acabaram, depois, por superar o Reino Unido como maior potência global no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

O principal autor da Constituição dos Estados Unidos, James Madison, era um ardente entusiasta de Locke. Madison nasceu no seio de uma família abastada, que fez a sua fortuna com recurso ao trabalho dos escravos, e estava interessado em proteger a riqueza face às massas. Madison receava a democracia direta, em que as pessoas participam diretamente na política, e defendia um governo representativo – em que as pessoas ele-

giam representantes que deveriam, supostamente, representar os seus interesses. James Madison receava a instituição de governos locais porque era um sistema demasiado próximo das pessoas e demasiado propenso a favorecer a redistribuição da riqueza. Por isso, Madison defendia um governo federal, sediado numa capital distante.

A estratégia de Madison funcionou. O governo federal dos Estados Unidos está isolado, em grande medida, da opinião pública. A maioria da população opõe-se às guerras, apoia cuidados de saúde acessíveis para todos e defende impostos mais altos sobre os ricos. Já o Congresso norte-americano dá habitualmente luz verde à presença do país em palcos de guerra, a cuidados de saúde privados e a preços muito elevados, bem como a reduções de impostos para os ricos.

Os Estados Unidos intitulam-se como sendo uma democracia, mas, na verdade, trata-se de uma plutocracia. (A Economic Intelligence Unit categoriza os EUA como uma “democracia com falhas”). Os ricos e os “lobbies” empresariais financiam as campanhas políticas e, em troca, o governo baixa os impostos para os ricos, dá liberdade para se poluir e para se participar em guerras. As empresas de saúde do setor privado dominam os cuidados de saúde no país. Wall Street gere o sistema financeiro. As grandes petrolíferas gerem o sistema energético. E o “lobby” militar-industrial gere a política externa.

Isto transporta-nos até à crise climática global. A nação mais poderosa do mundo tem uma política energética interna que ainda está nas mãos das grandes petrolíferas. Tem uma política externa que visa preservar a hegemonia dos EUA através de guerras. E tem um Congresso concebido para proteger os ricos face às exigências das massas, seja no combate à pobreza ou na luta contra as alterações climáticas.

Os líderes norte-americanos que estiveram presentes na Cimeira para um novo Pacto de Financia-

mento Global, em Paris – John Kerry, enviado presidencial especial para o Clima, e Janet Yellen, secretária do Tesouro – são figuras de uma ética notável e com compromissos profundos e de longa data no que toca ao combate à pobreza e às alterações climáticas. Ainda assim, não conseguem concretizar a real política dos EUA, já que o Congresso e a plutocracia norte-americana se metem no caminho.

Os líderes que participaram na Cimeira em Paris reconheceram a necessidade urgente de uma ampla expansão do financiamento oficial destinado ao desenvolvimento facultado pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) – ou seja, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e outros. Mesmo que expandam o seu financiamento nos montantes necessários, os BMD precisarão de mais capital contributivo por parte dos Estados Unidos, Europa e outras grandes economias. No entanto, o Congresso norte-americano opõe-se a investir mais capital nos BMD – e essa oposição nos EUA está (até agora) a bloquear uma ação global.

O Congresso opõe-se a mais capital devido a três motivos. Em primeiro lugar, isso custaria aos EUA algum dinheiro – e os abastados financiadores de campanhas não estão interessados. Em segundo lu-

gar, aceleraria a transição global dos combustíveis fósseis (para as energias limpas) e o “lobby” norte-americano das grandes petrolíferas quer protelar, e não acelerar, essa mesma transição. Em terceiro lugar, conferiria mais influência política às instituições globais nas quais a China participa – e o complexo militar-industrial quer combater a China, não colaborar com ela.

Assim, numa altura em que os países em desenvolvimento precisam de centenas de milhares de milhões de dólares em financiamento adicional por parte dos BMD, anualmente, com o apoio de capital BMD adicional, os EUA e a Europa estão a pressionar esses mesmos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no sentido de concederem um pouco mais de crédito com o capital de que já dispõem. Os BMD talvez consigam “espremer” mais 20 mil milhões de dólares em empréstimos anuais, com o capital que têm atualmente – e isso corresponde a uma fração ínfima daquilo que é necessário.

A exasperação do mundo em desenvolvimento foi bem visível em Paris. O presidente do Brasil, Lula da Silva, e vários presidentes africanos afirmaram que há demasiadas cimeiras e muito poucos dólares. Li Qiang, primeiro-ministro chinês, falou de forma calma e cortês, dizendo que a China se empenhará em fazer a sua parte junto dos países em desenvolvimento.

As soluções começarão finalmente a surgir quando o resto do mundo der um passo em frente, apesar do arrastar do passo dos EUA. Em vez de permitir que os Estados Unidos bloqueiem a entrada de mais capital nos BMD, o resto do mundo devia avançar – com ou sem os EUA. Até mesmo os plutocratas norte-americanos compreenderão que é melhor pagar o modesto preço do combate à pobreza e às alterações climáticas do que enfrentar um mundo que rejeita a sua ganância e beligerância. ■

Coluna publicada mensalmente

Lula da Silva, e vários presidentes africanos afirmaram que há demasiadas cimeiras e muito poucos dólares.

A nação mais poderosa do mundo tem uma política energética interna que ainda está nas mãos das grandes petrolíferas.